

Euro-Atlântico:
Espaço de Diálogos
Isabel Maria Freitas Valente
Iranilson Buriti de Oliveira
(Coord)

VISÕES INTERDISCIPLINARES DA EUROPA E DO MUNDO:

uma experiência de convergência
disciplinar em homenagem a
Maria Manuela Tavares Ribeiro

Alexandra Aragão
Isabel Maria Freitas Valente
Dulce Lopes
(org.)

Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Imprensa da Universidade de Coimbra
2019

“MODERNIDADE E LIMITE (SINALIZAÇÕES MATRICIAIS)”, UMA VISÃO DESDE A GEOGRAFIA

João Luís J. Fernandes

Pelo que lemos no bem fundamentado texto de Rui Cunha Martins, a modernidade foi acompanhada por tendências expansionistas de apropriação de recursos, problematização de direitos de posse, reconfigurações das geografias do poder e questionamentos nas soberanias políticas e territoriais, facto que sustentou a discussão em torno dos limites e dos seus derivados, como delimitação, demarcação e ilimitação. Sobre estes conceitos discorreram obras de diferentes autores setecentistas, trazendo-nos uma temática bem sensível aos geógrafos e à Geografia. Desde logo, pelo enquadramento deste complexo debate na reformulação das cartografias que acompanharam a compressão do espaço-tempo e a aparente redução das distâncias, que implicou o alargamento geográfico do poder de apropriação e interferência, com efeitos na sobreposição de diferentes métricas e ritmos de ordenamento do espaço geográfico. Esta discussão é também bastante cara aos geógrafos porque, embora a noção de limite possa ultrapassar a sua mais restrita dimensão material, esta tenderá a projetar-se no espaço geográfico. Neste ponto de vista, limitar será sempre um ato político resultante de relações de poder e uma apropriação que impõe uma ordem que define hierarquias, orienta comportamentos geográficos e condiciona territorialidades, sendo estas últimas entendidas como posse e controlo de determinados segmentos espaciais, por parte de atores tão diversos como os Estados, os indivíduos e as comunidades locais, as entidades religiosas ou, numa linguagem contemporânea, as empresas.

Numa leitura mais atenta desde a Geografia, é inevitável o modo como o trabalho de Rui Cunha Martins nos faz viajar no tempo e nos remete para problemáticas territoriais da atualidade que, mais uma vez, cruzam espaço, poder e limites.

Desde logo, questão que se levantou no passado, a delimitação do meio líquido e do ambiente marítimo, os avanços pela posse e as

disputas no mar, não apenas pelo clássico domínio das entradas e das saídas, dos corredores e dos choke-points, mas também do controlo dos recursos, dos vivos e dos inertes, daqueles que se recolhem nas colunas de água mas também dos que se calculam existir nos fundos marinhos. Limites, delimitações e demarcações constituem conceitos e práticas que se reconhecem hoje nas águas territoriais, nas zonas económicas exclusivas ou nas disputas pelo alargamento das plataformas continentais, onde se joga muito da contemporânea Geografia Política dos mares. O mesmo se projeta nas denominadas Search and Rescue Regions (SRR), porque os limites e as delimitações podem implicar responsabilidades de socorro e assistência. Nesse ponto de vista, talvez também aqui se possa invocar a ideia da delimitação como um motor da ilimitação e da expansão- delimitar áreas de responsabilidades de apoio ao movimento é uma condição para a expansão do sistema e para a mobilidade global sustentada na confiança.

Esta muito interessante dialética entre o limite, a delimitação e a expansão associado à ilimitação ajuda-nos a entender algumas das outras dinâmicas da geografia contemporânea. Como se pode acompanhar com David Harvey, a compressão do espaço-tempo assenta na difusão espacial do capital e na extensão 'ilimitada' do capitalismo. Contudo, um olhar mais apurado para as microescalas dessa difusão mostra-nos uma cartografia de limites e delimitações. Com frequência, a extensão universal do capital territorializa-se em lugares e eventos que se demarcam, autoencerram e protegem por barreiras e muros, materiais e materiais, com os quais se segregam espaços e se fragmentam territórios. Megaventos desportivos e culturais, resorts turísticos, parques empresariais e condomínios fechados, parques temáticos e hotspots neoextrativistas de energia e minérios, ao mesmo tempo que alargam o sistema, acabam por criar locus delimitados de exceção e poder. É impossível não refletir estas geografias a partir da conceção kantiana para a qual nos remeteu Rui Cunha Martins, que confronta os limites Grenzen, que se abrem ao contacto com o exterior, com as limitações Schranken, que sugerem um encerramento face ao mundo que está para além do perímetro demarcado.

Nesta Geografia contemporânea, a permeabilidade dos limites é um ato político que reflete relações de poder e um instrumento de afirmação que passa pela excecionalidade, pelas mobilidades seletivas, pelos diferenciados efeitos de atrito, consoante se movam fluxos materiais e imateriais, o capital ou a informação, as mercadorias ou as pessoas e, mesmo nestas, com flutuações que derivam da origem e da cor do passaporte, da maior ou menor desconfiança que suscitam.

No entanto, porque também os limites devem ser vistos na sua relatividade, também agora, como se leu numa das perspetivas aprofundadas por Rui Cunha Martins, nem sempre as divisões implicam falta de comunicação. Isto mesmo nos sugere o iberismo adjacente, perspetiva do geógrafo Cabero Diéguez, para quem os limites políticos não impedem contactos, trocas, miscigenações e hibridismos, como bem se nota numa viagem pelos territórios raianos de Portugal e Espanha.

Por tudo isso, a soberania, questão que Rui Cunha Martins nos mostrou cadente naqueles debates setecentistas, continua a inquietar os cientistas políticos e do território, ainda para mais quando as escalas geográficas se interpenetram e confundem em sobreposições que estão longe do rigor esquemático da geometria perfeita – o local e o global, o nacional e o regional, tudo hoje se confunde perante protagonistas em movimento e com diferentes graus de filiação ao espaço geográfico, atores que se afirmam por multiterritorialidades que criam desfasamentos entre os territórios da cidadania política formal (o ‘lugar’ de voto, por exemplo) e as territorialidades mais complexas de geometria variável.

Uma palavra final de reconhecimento ao texto de Rui Cunha Martins, pela pertinência e aprofundamento sólido de matérias que nos trouxeram mais um contributo para a apreensão da complexidade das múltiplas geografias contemporâneas, que vão buscar muitas das suas raízes, energias e inquietações a um passado que nos parece bem presente.